

MEMÓRIA HISTÓRICA SÔBRE SOROCABA (VI).

(Continuação).

ALUISIO DE ALMEIDA

do Instituto Histórico, Geográfico e Genealógico de Sorocaba.

II PARTE.

O BRASIL INDEPENDENTE.

CAPÍTULO VI.

Transformações ocasionadas pela Independência. O liberalismo de 1821. A Independência de 1824. O povo nos assuntos municipais. Duas ruas à fôrça. Constituição de 1824. Nôvo sistema administrativo, político e judiciário. Impostos. Calçamento. Correio. Regência. Igreja Matriz. Maioridade. Revolução Liberal.

*

A Independência começou em 1821 com um govêrno provisório em São Paulo, organizado pelos dois Andradas, José Bonifácio e Martim Francisco. Entre parênteses, o segundo residira uns seis anos no Ipanema e ambos estiveram em Sorocaba, em viagem mineralógica, em 1820. O Patriarca elogiou a beleza das mulheres de Sorocaba. Achou defeito no Ipanema e saiu mal com Varnhagen; esteve na Aparecida vendo "minas" perto da Capela, pois era levado aonde os leigos pensavam havê-las. O segundo, na viagem de 1803, fôra até a fazenda dos Madureira onde lhe mostraram um poço de exploração abandonado da prata, e que devia datar de 1684, quando certo frei Pedro de Souza, religioso mercenário, tentou encontrar aquêle metal em tôda a zona. Em seu diário refere-se à figueira do Cerrado, que existiu até aí por 1950, já aleijada, à beira da avenida General Carneiro.

A passagem dos tempos coloniais para a Independência foi facilitada pela elevação do Brasil a Reino, em 1815, e pela proximidade de um bom Rei, mas ainda era o absolutismo, desde Pombal mais apertado, de acôrdo com o século das luzes, que desejava o déspota esclarecido para levar a efeito as reformas. O *iluminismo* atrazou-se no Brasil até Dom João VI e Pedro I. A Câmara de Sorocaba já pedia, junto com a escola primária e de latim, uma de filosofia, “de acôrdo com as luzes do século”. E o frade do sermão da Aclamação falou com um “iluminado”.

O ano de 1821 foi a aurora da Independência. Em primeiro de março reuniu-se a Câmara “com as pessoas nobres e autoridades tanto eclesiásticas como seculares”, linguagem completamente nova, dando o fora no arcaico “clero, nobreza e povo”, ficando, porém, o povo lá na rua, com um batalhão de milícias, sòmente para comunicar que, a 24 de fevereiro, foi S. Majestade servido aprovar as constituições (*sic*) — ainda não conheciam bem a palavra no singular, enquanto, no plural, lembrava as constituições eclesiásticas — a serem feitas em Lisboa. Estava, praticamente, mudado o regime absolutista. Tanto que os vereadores elegeram juiz almotacé um verdadeiro liberal, até mesmo demagogo, que trabalhava na Fábrica do Ipanema, João Carlos da Silva Teles, de ilustre família paulistana e que, depois, foi pregar a liberdade em Piracicaba e voltou atuar aqui; Elias Amaral leu ao povo o comunicado e houve vivas ao Rei.

Em 23 de abril ainda a Câmara e a Paróquia festejaram um nascimento principesco de um filho de Dom Pedro e Dona Leopoldina (Dom Pedro II é de 1825). Missa cantada, Te Deum, sermão alusivo pelo sorocabano Manuel Paulino Aires, vigário de Tietê, então Curuçá.

Três dias depois, apertado pelos fluminenses e pelos lisboetas, Dom João VI partia barra a fora, raspando o Tesouro, deixando o Brasil que tanto amava a Dom Pedro, e a Dom Pedro o célebre conselho que rendeu o “7 de setembro de 1822”.

A 8 de julho, mais uma conquista liberal. Reuniu-se a Câmara, com 114 pessoas que sabiam assinar, para jurar a Constituição *un-fieri*, e fidelidade ao Príncipe Dom Pedro e ao Govêrno Provisório de São Paulo. Calma momentânea.

Os moradores vieram depois à Câmara assinar o seu juramento. Frederico Varnhagem não veio. A Câmara, talvez alertada por João Carlos, oficiou-lhe. Ele alegou não ser brasileiro e, como estava tristíssimo por não ser avisado da ida de Dom João VI, retirou-se para o Rio em novembro levando consigo um dos maiores sorocabanos que houve, ainda menino de menos de nove anos, o futuro Visconde de Pôrto Seguro.

Na tarde do mesmo dia,

“reunido o clero, nobresa e povo desta vila neste Senado, e estando o regimento da vila em frente, debaixo de armas, comandando pelo ten.-cel. Inácio Álvares unido com a cavalaria, sendo aí por um dos juizes ordinários foi feita uma fala a todos relativamente a tão sublime objeto. Houve os vivas e ao três descargas da milícia. As festas de igreja se fizeram por 3 dias. As públicas demonstrações continuaram por 8 dias com carro triunfante, encamisados, várias danças e brincos e diferentes galanterias, e ùltimamente, os fogos que se terminaram as ditas funções... com o mais assinalado patriotismo e uma ardência de amor filial”. (Do officio ao Govêrno).

*

Em abril de 1821 mudou-se parte do sistema eleitoral até então vigente. Em vez de eleger os seus eleitores de comarca pelo sistema medieval dos pelouros, os ssorocabanos, sem a velha distinção de classes, votaram pouco mais ou menos como antes de 1930, abertamente. Na mesa estava o vigário, que fazia de identificador, por ser o que mais conhecia os paroquianos. As eleições se faziam em cada freguezia, daí o nome de eleições paroquiais. Se houvesse outra freguezia no município, lá haveria eleição.

Nessa eleição indireta, surgiram dois eleitores que foram para Itú, a sede da comarca que ainda não era fidelíssima. Eram José de Almeida Leme e Rafael Tobias de Aguiar, representantes das duas facções que já dividiam a política municipal. Tobias convertera-se ao liberalismo por via de Martim Francisco, seu mestre e amigo.

Esta primeira eleição é que introduziu em todo o Brasil, sem a menor consulta prévia aos Bispos, o costume das eleições nas matrizes das freguezias e que continuou até 1889, mesmo depois que os párcos não eram mesários, pela fôrça do costume. Pela primeira vez houve a missa do Espírito Santo antes e pela primeira vez, quem sabe os sacrilégios que tanto duraram.

Em Itú, Almeida Leme, que era Loureiro sem assinar, irmão do ricaço Bento Manuel de Almeida Pais e tio do famoso Bento Loureiro, e Tobias com os outros eleitores da Comarca obrigaram o Ouidor Medeiros Gomes a deferir-lhe os juramento de fidelidade à futura Constituição Portuguêsa. Essa mania de juramento, instituição medieval que misturava o sagrado ao profano e era uma tal ou qual segurança ou liame recíproco entre superiores e inferiores, afinal ainda existe nos EE. U. U. onde o Presidente jura sôbre a Bíblia; naquele tempo era ocasião de muita leviandade de jura e desjura. Êsse, por exemplo, foi um juramento que durou firme só poucos meses.

Tobias transformou-se por voto dos 40 eleitores paroquiais, em eleitor de comarca, em 27 de maio de 1821.

Os eleitores das três comarcas da Província (a Capitania passara a ter êsse título desde a elevação do Brasil a Reino) e que eram São Paulo, Itú e Curitiba, reuniram-se em São Paulo em agôsto. José Bonifácio é que estava dirigindo tudo. Já então, Sorocaba estava dividida como hoje e negligenciada pelos seguidores do lema — *Divide Et Impera*. Itú deu dois deputados às Côrtes Constituintes: Feijó e Paula Souza e o substituto Antônio Pais de Barros, cunhado de Tobias. Parece que tanto a Almeida Leme como principalmente a Tobias, que geria os negócios de sua progenitora viúva, não convinha a viagem a Lisboa, e outros não haviam mais capazes.

*

A seguir tôda a Comarca ituana, inclusive Sorocaba, salientou-se em sua atitude contrária à “Bernarda de Francisco Inácio”, nome que designa a reação paulistana contra a prepotência ou prevalência dos santistas Andradas, que tinham os defeitos de suas qualidades, e que expulsou do Govêrno Provisório Martim Francisco e Rodrigues Jordão. O’ gente simples! Mandaram exilado para o Rio a Martim Francisco que caiu nos braços do todo poderoso ministro José Bonifácio, sendo feito ministro da Fazenda, no que brilhou por honestidade e inteligência. José Bonifácio zangou-se e, como tivesse partidários em São Paulo e no interior e a agitação continuasse, convenceu o Príncipe a cavalgar para São Paulo por São João Marcos e o vle do Paraíba, acompanhado por uma luzida guarda de honra que se foi formando. . . para o cenário do 7 de setembro, o que não precisamos copiar da história geral. Nesse interim, entre 23 de junho e 7 de setembro, com dois dias a mais em cada efeméride para a chegada da notícia, os sorocabanos estiveram aflitos, entre a cruz e a calderinha. Se ficassem do lado do Govêrno Provisório de São Paulo, que era o legítimo e ainda não fôra substituído pelo Príncipe, estavam contra os Andradas. Se ficassem contra, podiam ser atacados pela gente de São Paulo. A neutralidade era impossível, porque o Govêrno Provisório exigiu de Sorocaba a prova de lealdade: socôrro militar. Todo cidadão era soldado, punha-se em armas a chamado dos oficiais, a Câmara fornecia a pólvora e o chumbo e eis a população fazendo bala e cartuchame, ou fugindo para o mato, quando os boatos cresciam.

As atas das Câmaras de Itú e Sorocaba registraram tudo e tudo já foi publicado. Nota-se, após uma leitura atenta, certa perplexidade, uma, esperando que a outra resolva o pior, a resistência ativa às ordens de São Paulo.

A 26 de julho a Câmara se reúne não mais com o clero e povo, mas com “os cidadãos de tôdas as corporações”. Cidadão, *citoyen*, palavra sugestiva, que aparece pela primeira vez e que terá o eco da Marselhesa.

Aux armes, citoyens!

“E resolveram que esta Câmara convide as Câmaras vizinhas e unidas desta Comarca, para o caso de continuarem as ditas desordens, o que Deus não permita (em São Paulo) passe cada uma a nomear um cidadão dos mais benemeritos de cada vila, para organização de um govêrno temporário na cabeça da Comarca... debaixo da mais estrita obediência ao Príncipe, Nosso Senhor.

Que se officie ao Govêrno Provisório da Capital com todo respeito, manifestando nossos sentimentos e a aversão às desordens ali desenvolvidas, rogando ao mesmo tempo as suas intenções.

Comunicação dos motivos aos povos. Comunicação do fato da instalação ao Príncipe. Ordem aos comandantes não enviassem uma só praça a São Paulo. Que as ordenanças se reunissem aos regimentos das Câmaras lhes fornecessem pólvora e chumbo. Mas esperando...

Entre assinaturas, dez padres.

Já em 4 de julho o Govêrno Provisório mandava responsabilizar as Câmaras de Sorocaba e Itú pela hostilidade que mostravam. Mais tarde veio officio de nôvo. Em 4 de agôsto a Câmara sorocabana respondeu ao Príncipe, o qual, em viagem respondeu agradecendo e que não precisava mais dirigir-se a êle em pessoa. O' Príncipe! E' assim que se paga uma dedicação?

Em 2 de outubro de 1822, em tôdas as Câmaras do Brasil onde chegou em tempo a ordem para isso mediante ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro, Dom Pedro I foi aclamado Imperador Constitucional do Brasil e recebeu juramento de fidelidade.

Em Sorocaba se reuniram os juizes presidentes e de orfãos, vereadores, autoridades eclesiásticas, militares da segunda linha (pela primeira vez aparece essa expressão em vez de regimento ou batalhão de auxiliares) e as Ordenanças, “e mais cidadãos de diferentes classes” — (não se fala mais em nobreza). O juiz presidente leu o officio da Câmara do Rio, em que se insinuava que tôdas as colegas fizessem aclamar Dom Pedro, até agora Príncipe Regente e seu Defensor perpétuo, primeiro Imperador Constitucional do Brasil, prestando previamente o mesmo Senhor um juramento solene de jurar, guardar, manter e defender a Constituição que fizer a Assembléa Geral Constituinte Brasileira. Em resposta vieram os vivas: Viva a Religião Católica, Apostólica, Romana, Protetora da Independência e Liberdade Brasileira! Viva o Senhor Dom Pedro de Alcântara, Primeiro Impe-

rador Constitucional do Brasil! Viva a Dinastia Imperial de Bragança! Viva a Assembléa Geral Constituinte e Legislativa Brasileira!

Eis o ato de juramento:

“Juramos aos Santos Evangelhos obediência e fidelidade ao Senhor Dom Pedro de Alcântara, na certeza de jurar, guardar manter e defender a Constituição que fizer a Assembléa Geral Constituinte Brasileira. Assim Deus me ajude!”

O presidente e os mais na sala juraram nas mãos do vigário colador Ferreira Prestes. Depois que o fez, o comandante interino do regimento, cel. João Floriano da Costa desceu à pracinha a fazer os soldados é a multidão de povo prestar o juramento coletivo.

Muitas assinaturas. O livro, bem guardado, serviu para a aclamação da República em 17 de novembro de 1889.

Em 29 de junho de 1823, reunião semelhante se fez para retratar, como em todo o país, a condição imposta à fidelidade jurada a Pedro I, de êle antes jurar a Constituição, coisa que o ofendeu.

Houve eleições para a Assembléa Constituinte, sempre no sistema indireto, isto é, aqui eleição de eleitores de comarcas.

Sorocaba havia contribuido diretamente para a Independência mediante os esforços do coronel Rafael Tobias de Aguiar, então com 22 anos e meio de idade, administrador do Registro, que em 2 de janeiro de 1822 enviou a Martim Francisco, pela Tesouraria de São Paulo, 1.060\$000, fruto de subscrição entre amigos, e convenceu cêrca de 70 jovens a seguirem voluntários para São Paulo, donde, penso que, incorporados ao batalhão do cel. Lázaro Gonçalves, partiram para o Rio, colaborando na expulsão das tropas portuguesas. A crônica aumentou 20 vêzes o dinheiro e fez uma companhia de voluntários, mas tudo vagamente, ao passo que a remessa de 1.060\$000 consta em autógrafo no Arquivo Público e existe no Gabinete de Leitura local, uma lista de voluntários, embora sem data. Por sinal que há um “respice” do Govêrno Provisório à Câmara que desejava não partisse um cidadão. Donde se vê que êsse voluntariado é mais ou menos recrutamento forçado, sem o qual não havia tropa de linha.

Tobias ajudou também a compor melhor o Palácio do Govêrno para a vinda do Príncipe.

*

Surge de nôvo Carlos João da Silva Teles, cujo parente cel. Rufino José Felizardo, morreria nesse ano como diretor interino do Ipanema. “*Occurrunt turbae!*” O segundo aniversário da Independên-

cia foi demagógicamente lembrado. Carlos João obrigou com alguns valentes o carcereiro a tocar o famoso sininho de rebate, e o povinho miúdo, que já sabia, se reuniu, obrigando a Câmara a fazer sessão e, o que é pior, proceder à abertura de duas novas ruas. Hoje seria um motim. Antes de 1828, quando foi regulamentada a Constituição no que se referia ao regimento das Câmaras não era pura Ordenação do Reino. Em Sorocaba já houvera exemplo em 1695. O povo obrigava a Câmara a cumprir o seu dever.

De fato, atrás da igreja de Santo Antônio o quintal do capitão-mor continuava e era continuado pela chácara de Américo Antônio Aires até a praça.

As tropas tinham de descer pela rua da Penha até a esquina da rua Padre Luís. Para sair no Supirirí a fazer aguada e buscar lenha, o povo tinha de dar a volta lá de cima pela atual rua Padre Luís. A Câmara havia aforado outrora por ninharia essas terras que, segundo as Ordenações do Reino, eram de servidão pública. Os Ouvidores vinham em correção, deixavam têrmos ordenando se cumprisse a lei e nada. Silva Teles fêz até rever êsses livros e citá-los.

Caso idêntico se passava do outro lado da colina, no lançante para o rio grande. Em 1728, na composição de terras com São Bento, fôra reservada à rua da Ponte, para Luís Teixeira da Silva, um terreno de 20 braças de testada (frente aos Canhõesinhos) e fundo que foi se estendendo, em ligação com o Curral do Consêlho. Nestas terras havia o rio e duas nascentes do Itararé. Nas outras, o Supirirí e a fonte do Itororó ou Trololó (Seminário). Pois o tal Silva Teles andou com povo e Câmara de cá para lá e as duas ruas foram armadas: 7 de Setembro, a primeira de São Paulo e talvez do interior do Brasil com êsse nome, e Constituição, depois popularmente Nova da Constituição e Nova, sòmente (hoje, cel. Teixeira Cavalheiro).

Foi grande o sentimento dos prejudicados. O então dono das terras da rua da Ponte era Joaquim Ferreira Barbosa, genro de Almeida Leme. Do outro lado, Silva Teles, a bem dizer dava um tapa no próprio capitão-mor, acostumado a prender gente. O outro prejudicado era Elias Aires do Amaral, filho de Américo que se mudara para Itapetininga. Primo irmão de Tobias, nem isso lhe valeu. Demandista por hereditariedade, tocou a questão contra a Câmara até o mais alto tribunal de Apelação, e perdeu. O terreno de Madureira era pequeno.

Em 1829, no Conselho do Govêrno, Tobias se excusou de opinar sôbre um simples atalho do caminho de Apereatuba à vila, por passar em terras do capitão-mor, dizendo que êste se tornara seu inimigo por causa da rua 7 de Setembro.

De fato, na sessão do Conselho, em 3 de outubro de 1825, resolveram, de acôrdo com Tobias, que deixassem as ruas abertas, mas o Teles que largasse mão de agitar a plebe, e que

“todo cidadão tendo direito de intervir aos negócios de sua província, êste direito deve ser exercitado pelas Câmaras e Conselheiros, da mesma Província”.

Firma-se nova interpretação.

O Conselho do Govêrno de São Paulo, órgão meio legislativo “meio consultivo da Presidência” instalou-se no Palácio do Govêrno de São Paulo a 26 de outubro de 1824,

“faltando o coronel Rafael Tobias de Aguiar, que por morar longe talvez e venha em caminho e por isso não se lhe deu suplente” — diz a Ata.

No dia seguinte tomou posse e logo indicou que se adotasse em São Paulo o método de ensino mútuo ou de Lancaster para o ensino primário. Como havia muitos alunos e poucos mestres, a classe era dividida em sessões presididas por um aluno melhor, o decurião, e era aquela zoadada de todos os alunos estudando alto, até o mestre chamar à lição individual. Em 1889 meu pai ainda foi decurião, em Guareí.

Tobias tomou parte saliente na política e administração de São Paulo, mudou-se daqui depois de 1828, mas vinha ver a mãe até 1846, e deu a Sorocaba: correio, estradas, teatro, pontes e glória, a glória da “santa liberdade”. Pouco antes de falecer em 1857 como chefe do Partido Liberal da Província e o homem mais rico da Província, perdeu eleição na própria terra.

*

Antes de 1825 (e depois, nos lugares onde não fôsse instituído) não havia Correio. O mensageiro, tanto de cartas particulares como de ofícios de autoridades em geral e que ganhava por exemplo 3 mil réis daqui a São Paulo, era o próprio. Correio era também o próprio mensageiro de autoridades mais altas, ou militares. A pessoa e não a coisa. Correio foi o Bregaro que trouxe a correspondência a Dom Pedro mudando de cavalos, a galopar. Em 1823 a Câmara Ituana pediu o Correio ao Govêrno.

De Rafael Tobias é o projeto do primeiro Correio (Repartição) em São Paulo, na 1a. sessão do Conselho a que compareceu e que era a 2a. realizada.

Teve o gosto de fazer com que o Correio fôsse da Capital para Sorocaba, passando por Itú, Campinas e Jundiá, com um administra-

dor (e não agente) em cada vila. Os pedestres partiam de Sorocaba e de São Paulo encontrando-se em Campinas. Havia a chegada cada dez dias e partida no dia seguinte pegando-se em Itú a correspondência de Pôrto Feliz, que logo teve o seu administrador. Não havia selo nem envelope. Fechava-se o papel almaço de modo já estabelecido, colando-lhe obreias, (pequena pasta de farinha de trigo) e servindo de enderêço o mesmo papel. Havia, porém, o carimbo, uma plaquinha com o nome da vila. O porte pagava-se ao administrador.

O primeiro correio da Província começou com a partida dos estafetas de São Paulo e de Sorocaba no dia 17 de janeiro de 1825. O pedestre ganhava 240 réis diários.

Como o officio era gratuito, procuravam-se pessoas gradas e de responsabilidade para administradores. Em 1829 ainda não lhes davam sequer papel, dinheiro para casas, etc., e então o criador do Correio indicou em Conselho que fizessem um ordenado ao administrador.

Do tempo do Império, em Sorocaba, lembramos um dos primeiros: Messias José Correia, homem rico, e um dos últimos: João Batista Fontoura, de família mais notável do que rica.

*

As funções policiais já haviam sido tiradas de todo às Câmaras em 1826, passando ao capitão-mor.

Em 1828 foram eleitos os juizes de paz, que recolheram até isso do velho capitão-mor, que, como em todo o país, guardou até a morte o título honorífico apenas, e não recebeu sucessor. Não encontramos ou nós escapou a eleição dos primeiros juizes de paz. O primeiro de Campo Largo, era Martim Vaz de Campos, cujo escrivão, na falta de regulamentos, fêz uma bela chicana em volumoso processo por assassinato... de um cachorro.

Já não havia alcaide prendendo gente. O juiz de paz fazia de delegado e tinha facilidade em ordenar ajuda.

A lei que fundou os juizes de paz era de 15 de outubro de 1827. Com êles, os inspetores de quarterão e officiais de justiça, e o escrivão de paz. Ficaram os nomes dos últimos capitães de mato sucedidos pelos inspetores: Matias Barbosa, Francisco Antônio, Manuel Leite, José Cardoso de Almeida, analfabetos, pois assinaram de cruz.

*

Então Dom Pedro I abdicou a 7 de abril de 1831. Tobias foi nomeado Presidente de São Paulo. Foi fundada a Guarda Nacional

e acabaram-se as Ordenanças e milícias. Os seus antigos oficiais conservavam o título.

A segunda eleição de Câmara, 1831, já se fêz na matriz, de certo por aumentar o número de votantes. Devia de haver muito caipira aprendendo a garatujar o nome. Votante, para diferenciar de eleitor.

Em 1833 era presidente da Câmara o alferes João Nepomuceno de Souza. O juiz de paz e o Vigário foram encarregados pela Câmara de organizar a lista de jurados ou juizes de fato. Revolução na justiça. Nos tempos coloniais, o juiz ordinário fazia a devassa do crime e remetia réu e devassa a São Paulo, a menos que fôsse um arranhão e logo se compuzessem as partes. Logo mais, em Itú se resolvia o pior, menos a fôrca. Agora, tudo em casa, até a fôrca!

Havia cinco distritos, cada um com um juiz de paz: Vila, Campo Largo, Fábrica, Jundiacanga e Aparecida.

Com a reforma judiciária de 1827, apareceram os juizes de direito substituindo os Ouvideres. Sorocaba pertencia a Itú até 1852. O juiz de lá vinha anualmente, hospedando-se no Hospital não inaugurado, e a Câmara pagava-lhe até a cerveja. Idem, surgem os promotores de justiça, mas sem a estabilidade dos atuais, e os juizes municipais, que sempre houve em Sorocaba até 1889, e que, ante de haver os de direito, presidiam ao juri, instituido no Brasil em 1825, regulamentado em 1832, e principiados com a lista dos primeiros jurados, em Sorocaba, em 1833. Aos juizes municipais e de direito ficaram os crimes e muitas causas cíveis. O juiz de orfãos ficou cuidando dos inventários e, enfim, lhes largou também isso, e entrou nos bastidores da história em 1841.

Os jurados não trepidaram em condenar seis escravos a serem enforcados. Um, de José Ferreira Braga em 1831, dois africanos natos de dona Gertrudes Aires de Aguirre em 1841, e três de Joaquin Silveira Gamargo em 1851, sendo as fôrças onde hoje é uma rua de frente ao Cemitério da Saudade.

Depois da lei de 1828 até a escrituração da Câmara mudou. As despesas eram feitas pelo Procurador, sim, mas com um “mandado” (térmo técnico) da Câmara tôda, para cada caso! Exemplo:

“O juiz-presidente e mais officiaes que servimos neste presente ano nesta vila de Sorocaba. Mandamos ao actual Procurador desta Câmara, o tenente Manuel Ribeiro da Silva, que dos créditos do Conselho pague a José da Cunha a quantia de treze mil e oitocentos e noventa réis do feitio de três balanças com os seus respectivos pesos de meia arrôba para baixo até meia libra, de que passará recibo ao pé dêste. Dado e passado nesta vila de Sorocaba, em Câmara, aos 17 de dezembro de 1815. E eu, José Maria da Fontoura, escrivão da Câmara, e escrevi”.

Era complicado, tinha de mudar.

O Talho ou Açogue era ainda da Câmara, mas arrematava-se a quem mais desse, sendo o corte das réses às terças e sábados.

Eis os impostos em 1831 e respectiva renda:

Por canada de aguardente, 160 réis	119\$930
Avenças com os taverneiros	229\$720
Contribuição das tropas soltas (20 e 10 réis por cabeça)	51\$500
160 réis por réis cortada no Talho Público	256\$000
Aferições de pesos e medidas	139\$000
3 espetáculos por Prudêncio da Silva	12\$000
Equilibrou-se a receita com a despeza em 1:135\$922. Entretanto, em 1826 o Registro de animais rendeu mais de 4 contos de réis.	
Em 1831 ainda se calçava a rua da Ponte. Só mão-de-obra:	228\$880
De cinco réus que se remeteram a Itú	7\$200
Sustento de um degradado na Cadeia	\$960
Duas tabuletas para as casas dos juizes de paz de Sorocaba e Campo Largo	4\$000

A bandeira da Câmara de Sorocaba, que não tirou braço de armas era o estandarte com as armas reais.

O vereador mais nôvo o alçava, quando a Câmara ia incorporada à procissão de *Corpus Christi* e à Matriz, ou em vista ao governador na vila.

As armas do Brasil foram mudadas, no Império, como se sabe, mas até a inauguração da Sorocabana, em 1875, já não era levada em procissão, mas hasteada na janela da Câmara uma velha bandeira, mistura de armas reais e imperiais.

O braço de armas atual é de 1925, composição de Afonso de Taunay.

Aparecem os nomes de “botequins, armazens e tavernas” em 1838, quando suas avenças renderam 8\$400. Desaparecera o sentido de armazem como depósito, passara ao atual de mercearia, e “botequim” é menos que taverna, ambos correspondendo ao bar de hoje.

As Casinhas continuaram como mercado. A Casa de Talho continuava, na esquina das ruas Direita e da Cadeia. Um arrematante anual pagando a importância do imposto à Câmara, era o único açogueiro.

O matadouro desde o século XVIII era o Curral do Conselho, hoje escritório da São Paulo Electric.

Porcos matavam-se em qualquer lugar.

A Câmara estava sempre calçando ruas com pedras toscas, de modo que é difícil dizer a data exata em que terminou o calçamento de cada rua.

Em 1816 teve comêço a ladeira da Ponte. Não havendo livros do século XVIII, e não encontrando calçamento na Rua Direita, temos a impressão que esta, por ser estreita, foi a primeira rua calçada de Sorocaba antes de 1816, por acôrdo com os proprietários, com o côncavo de uma única sargeta no meio e sem os passeios, que chamamos calçadas.

*

O tempo da Regência (1831-1840) foi de agitação política. Foram-se extremado as opiniões. Até 1834, quando faleceu Dom Pedro I, ainda havia os “restauradores”, parte dos quais pertenceram desde 1837 ao nôvo partido conservador, tão forte em Sorocaba, que em 1835 o padre Feijó ganhou por pouco para um brasileiro do norte, sem embargo de estar no govêrno da Província o sorocabano Tobias. Na Câmara estavam os liberais que manifestaram, em 1832, repulsa ao ex-Imperador e adesão a um ofício da Sociedade Defensora, da Campanha, Minas, a qual houve em muitas vilas, mas aqui não.

O cel. Rafael Tobias não residia em Sorocaba, mas contava com o seu cunhado capitão Chico, os Lopes de Oliveira, os Monteiro de Carvalho, os seus compadres, Elesbão Antônio da Costa e Silva e José Joaquim de Lacerda, êste vindo de Parnaíba depois de 1822, aquêle do lado de Mogí-Mirim lá por 1815.

Em 1840-1841, pelas festas de Natal a Reis, Tobias presidente, foi homenageado com missa cantada em ação de graças em São Bento por um monge meio desequilibrado, que o colocou em alto trono...

*

A instrução pública melhorou. Além da cadeira de latim, em que o mestre, sabendo, devia ensinar francês, hojeve duas cadeiras de instrução primária para o sexo masculino. Na primeira, Jacinto Teodoro de Vasconcelos, paulistano, sucedeu a Henrique Mena de Carvalho e Gaspar Rodrigues de Macedo desde 1831, ensinando pelo método lancastriano, primeiro no convento de São Bento, depois numa sala em sua casa da rua Santa Clara. A segunda foi inaugurada por Francisco Luís de Abreu Medeiros, sorocabano, antes de 1855. A primeira professôra da única cadeira feminina foi dona Joaquina de Vasconcelos, sucedida em 1841, após exame em Câmara, por dona Vicentina Adelaide de Vasconcelos. O padre Gonçalves foi sucedido na cadeira de latim pelo padre José Norberto de Oliveira, so-

rocabano, de 1838 ao fim de 1842. Neste ano, vigário de Tatuí, o padre Norberto tomou partido a favor da Revolução Liberal e foi expulso pelos conservadores. Em 1846 era vigário de Santos e fez o sermão laudatório a Pedro II, que o recompensou com o título de cônego. Era primo de Francisco Luís e irmão de Francisco de Paula Oliveira e Abreu, o iniciador da indústria da sêda.

Em 1844, ao falecer, o tenente Elesbão mostrou ter em sua loja a primeira livraria da cidade, vários livros, entre os quais uma *História do Brasil* em 10 volumes e uma *História Universal*. Os inventários dos sacerdotes mostram obras raras em francês.

*

O ciclo do tropeirismo caminha para o seu auge, que é depois da proibição efetiva do tráfico, em 1855, visto que a de 1831, do padre Feijó, não deu resultado. Os capitais desviados daquele negócio tão triste e a diminuição dos fôlegos vivos racionais em... prejuízo dos irracionais explica tudo.

Quando foi para determinar o ano da feira de animais demos o de 1789 para referência, pois já se faziam esperar aqui os vendedores pelos compradores desde o governo de Martim Lopes, lá por 1772. Agora, naquele tempo não havia o negócio bulhento e concomitante das quinquilharias e fazendas de fora e até mesmo, o de arreios e peças de prata em grande quantidade, pois em 1780 existia um só ourives, e quatro em 1815, é verdade que ourives da prata (estribos, cabos de rêlho, etc.).

O incremento da feira de negócios paralelos aos de animais começa depois de 1815 e 1822 e diminuiu em 1875, com a estrada de ferro, embora a feira de animais continuasse até 1897. O conjunto era designado por "Feira de Sorocaba", e Francisco Luís de Abreu Medeiros deixou descrição de tudo em *Curiosidades Brasileiras e Feira de Sorocaba*. Os ourives chegaram a ser mais de 20, trabalhando o ano inteiro para os seleiros. Seleiros, serigoteiros, lombilheiros, trançadores, serralheiros e ferreiros para as peças de ferro dos arreios, os curtidores, as tecedoras de redes e baixeiros, todos viviam da feira, que também era uma festa, atraindo gente até de São Paulo.

"Rebentou a feira" — isto é, começou, pela passagem da primeira tropa, era uma exclamação festiva.

Depois de 1830 aparecem os mascates da Côrte, vendendo fazendas e jóias e ouropéis, e os cambistas que negociam com os tropeiros em letras e tretas.

Em 1831 já há espetáculos. O diretor do Circo é Prudêncio da Silva. Há as cavalhadas, desenhadas por Hércules Florence. Eram para a festa do Divino, mas Pentecostes coincidia com a feira.

*

O vigário colado Prestes faleceu em 1823 e o povo aproveitou-se para “erguer a cabeça” também neste terreno, amotinando-se oficialmente na Câmara para conseguir a abolição das conhecenças e a nomeação do padre que indicou. O velho bispo de São Paulo, Dom Mateus, não reagiu, mesmo porque quase nem a metade pagava aquêlle dízimo e nomeou o vigário pedido, que só podia ser encomendado, pois ao Imperador cabia apresentar o nome do futuro vigário colado ou vitalício. Em 1825 êste tomou posse, falecendo em 1851, sendo o seu caixão conduzido pelos pobres, segundo o testamento que fêz. Era o padre José Francisco de Mendonça, homem completamente dedicado a seus misteres, deixando uma escrituração magnífica em tinta preta inapagada, e alheio à política, não sendo nem conservador nem liberal ostensivo. Não parece que fôsse muito dado e afável, ao menos era acanhado em pedir, pois largou ao Vigário da Vara, talvez por ser sorocabano, padre Francisco Teodósio de Almeida Leme (Loureiro pelos avós) a magnífica reforma da matriz, efetuada entre 1836 e 1839, e que ficou em 9 contos e pouco.

Êste padre pregou na visita de Pedro II em 1846, recebeu o título de cônego e seguiu para o Rio Grande do Sul, falecendo vigário de Pelotas. Morou frente à Câmara e Cadeia, com os pais.

*

A Revolução Liberal de 1842, a nosso ver, podia ter sido cortada, porque os seus chefes não se moveram somente pelos princípios liberais, pela “santa liberdade”, a riqueza maior que Deus nos deixou, mas pelo ódio político. Como se sabe, a Maioridade (1840) foi uma verdadeira revolução branca, um golpe desferido pelos liberais que desejavam subir, formando o ministério após derrubar o Regente conservador, que por sua vez havia subido por um golpe ou renúncia de Feijó, liberal. Mas êles foram como Anibal, souberam vencer sem saber usar da vitória. Pediram demissão por amor dos entendimentos do jovem Imperador com Aureliano Coutinho, mas quizeram manter-se à fôrça, fazendo antes as “eleições do cacete”, e depois a revolução. Esta foi organizada ou desorganizada pelo Clube dos Patriarcas Invisíveis, reunido na Casa do senador Alencar (pai do romancista) no Rio e com ramificações em muitas vilas de São Paulo, Minas, Ceará e Paraíba e Bahia, as quatro províncias onde houve motins, ou tentativas sem a devida sincronização, à mingua de telégrafo. A senha era: “se e quando a Assembléia Geral fôsse dissolvida”. Temiam que o fôsse, porque duvidavam da liberdade das eleições que o seu partido presidiu antes de cair, e porque o ministério conservador

não podia governar com maioria liberal. Aconteceu que veio nôvo golpe inesperado, o Imperador a dissolveu antes do reconhecimento dos eleitos, nas primeiras sessões. E' verdade que o pretexto da Revolução foram duas leis, a do Conselho do Estado e a da reforma judiciária. Aquela deu bom resultado até 1889. Esta, nem se fala. Tirou a delegacia de policia das mãos dos eleitores, acabou com a anomalia do juiz de orfãos, etc.

Rafael Tobias, não conseguindo levantar as fôrças militares de São Paulo contra o Presidente conservador, veio para Sorocaba que desde o comêço de maio estava revolucionada, pois já haviam atemorizado o juiz municipal fazendo-o escapar para Itú e convocado a Guarda Nacional. Com a Câmara Municipal liberal, presidida por José Joaquim de Lacerda, tudo se fêz como que legalmente. A Guarda Nacional, que substituia as Ordenanças desde 1831, reuniu-se a toque de sino em frente da Câmara, os vereadores e pessoas gradadas (muitos padres) subiram, depois mandaram uma comissão buscar Tobias em casa de dona Gertrudes, êle tomou posse do cargo de Presidente da Província, fêz um discurso, deu vivas à Religião e ao Imperador, e houve tiros de festim. Isso foi na manhã de 17 de maio de 1842.

Os homens estavam pèssimamente armados, houve precipitação, mas ensaiaram movimentos militares no largo dos Lopes, hoje Ferreira Braga, como descreveu Américo Brasileiro de Almeida Melo em sua *História do Brasil* (êle tinha nove anos de idade e morava no largo). O quartel-general e palácio da presidência (*sic*) era a casa da família de Tobias que tinha portas de loja e balcão, e foi depois fábrica de chapéus, na mesma praça.

O senador padre Feijó, de Campinas, enquanto os liberais de lá foram atacados na Venda Grande, veio de liteira para Sorocaba, por ser meio paralítico, trazendo consigo uma pequena tipografia e Hércules Florence, que nela imprimiu quatro números do jornalzinho, *O Paulista*. Ficou no Palácio que se comunicava pelo quintal com a casa de dona Gertrudes onde acabava de chegar a Marqueza de Santos, com um irmão e o Dr. Ribeiro dos Santos que foi o secretário da Revolução.

Os sorocabanos que seriam de 500 a 700, ensinados pelo ten. cel. Jerônimo Isidoro de Abreu, pai do vereador revoltoso Dr. Vicente Eufrásio da Silva Abreu, partiram a 27 de maio, sob o comando de um civil, o Lacerda, e, reunidos no Pirajuçara, córrego que hoje a estrada asfaltada transpõe junto ao Jóquei Clube, esperaram as colunas de Itú e Itapetininga e tinham contra êles imaginem quem: o próprio Barão de Caxias que, por ordem do ministro da guerra José Clemente Pereira, partira com um resto do batalhão chamado

12 de caçadores, do Rio, no mesmo dia 17, quase por telepatia. E de Santos pediu alojamento para 3.000 homens em São Paulo. E não tinha nem 1.000! Em São Paulo, arranjou mais alguns, inclusive estudantes. Mandou um destacamento a Campinas, onde houve combate e algumas mortes na Venda Grande, cobrindo-se de glória o liberal ituano Boaventura do Amaral, que pagou com a vida a sua coragem.

Caxias viu com um sorriso a Coluna Libertadora retirar-se sem combate e, só então, muito cauteloso, apesar do terror que inspiravam os seus periquitos (farda verde), veio vindo a Sorocaba, pernoitando num pouso antes dos retirantes. Estes foram contidos pelo brioso comandante cel. Galvão, que fôra militar de linha, residente no largo do Patrocínio, em Itú, e que só em Sorocaba deu sinal de debandar, quando a 18 de junho, se viu ameaçado pelos conservadores de Tatuí que ocupavam o Ipanema e, aliás, entraram no mesmo dia que Caxias. Este passou a galope pela ponte de madeira do Sorocaba às 9 horas de 20 de junho e apeou no Palácio do Govêrno onde o esperava Feijó, que êle enviou sob custódia, por não poder prendê-lo, a outra casa que serviu de quartel-general e ainda existe, na rua Dom Alvarenga, esquina da rua Álvaro Soares. Sempre guardado e não preso foi para Itú e São Paulo. Tobias, após casar-se com a Marqueza, saiu para a sua fazenda de Paranapitanga (Recham, Angatuba hoje), com trajes de tropeiro, pelo que os violeiros moçejaram:

O nosso cel. Tobias,
Querendo se escapá,
Passou por Campo Longo
De chilena e chiripá.

Preso no Rio Grande, levado para o Rio, foi anistiado em 1844.

(*Continua*).